


## **A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS PARA AS MINORIAS: UMA ANÁLISE SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-238>

**Data de submissão:** 24/02/2025

**Data de publicação:** 24/03/2025

**Felipe Zampieri Lima**

Graduado em Direito pelo Centro Universitário Estácio Uniseb (2009), pós-graduado em Gestão Imobiliária pela Fundação Armando Álvares Penteado, FAAP, Brasil (2012) e mestrando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP.

**Ronaldo Fenelon Santos Filho**

Graduado em Direito pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (2001) e mestrado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2005). Doutor em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (2019).

**Ricardo dos Reis Silveira**

Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (1999), Mestrado em Filosofia e Metodologia das Ciências pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2003), Doutorado em Filosofia e Metodologia das Ciências pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2010).

### **RESUMO**

O multiculturalismo do Estado brasileiro refletiu na formação de diversos povos, pautados em culturas distintas, contudo, a colonização exploratória desse país e sua falta de investimentos em políticas públicas voltadas para minorias ainda é um problema. A partir disso, o objetivo central dessa pesquisa foi estudar a importância dos direitos humanos para minorias, realizando uma análise sobre a população indígena brasileira. Como objetivos específicos, o artigo foi pautado em demonstrar a importância dos direitos individuais perante os tratados internacionais, elucidar o direito indígena, suas limitações e principais avanços e estudar o caso da crise humanitária dos povos yanomami. O método foi o hipotético-dedutivo, pelo qual apresentamos a hipótese precedente e mostramos argumentos para a sua correção ou rejeição. Os resultados demonstraram a importância de conservar as raízes indígenas por meio do direito, além disso, a dívida histórica que essas minorias possuem, o que trouxe diversos reflexos para a sociedade moderna, prejudicando acesso a direitos básicos, como educação, terra, cultura, saúde, dentre outros. Portanto, conclui-se que os direitos humanos são fundamentais e que muitas minorias, no sentido amplo dessa palavra, ainda não possuem acesso a eles, mesmo com a evolução na jurisprudência brasileira e internacional.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Estado brasileiro. Povo indígena. Povos originários.

## 1 INTRODUÇÃO

Os povos originários possuem uma grande importância para a formação cultural e histórica do Brasil, não obstante essas minorias, muitas vezes, não possuem o amparo adequado, principalmente, por conta de uma sociedade ainda preconceituosa. A partir disso, o objetivo dessa pesquisa é analisar a construção do direito para os povos indígenas, como o acesso à terra e a garantia de seus direitos fundamentais, uma necessidade para o país, considerando que os direitos humanos são inegociáveis segundo o art. 5º, da Constituição Federal (ZOIA; MENDES, 2020).

Por essa análise, realizar estudos voltados aos direitos dos povos originários deve ser uma prioridade às ciências humanas e, jurídicas, justamente, a fim de que exista um maior reconhecimento no âmbito jurídico brasileiro à esses povos, algo que já ocorre no direito internacional (DE SOUSA; PIRES, 2022).

Deve-se destacar a dívida histórica que existe entre os povos indígenas e a sociedade como um todo, isso derivado do processo de colonização exploratório que ocorreu no Brasil, no qual esses povos tiveram diversas liberdades individuais cerceadas, como a religiosa, cultural, econômica, dentre outras (DE SOUSA; PIRES, 2022).

Essa pesquisa foi embasada na seguinte situação problema: Qual é a importância do estudo dos direitos humanos para a população indígena e seus avanços nos últimos anos? De que forma a disseminação desses estudos poderiam influenciar as próximas gerações e, até mesmo, alterar a lógica jurídica aplicada?

O objetivo geral dessa pesquisa foi estudar os direitos humanos das minorias, sobre o prisma da população indígena. Outrossim, como objetivos secundários ou específicos, o foco da pesquisa foi elucidar sobre a importância da proteção dos direitos humanos para grupos minoritários, analisar os principais avanços e conceitos associados ao direito indígena e estudar sobre a crise humanitária que assolou a população yanomamis.

Essa pesquisa se justifica pela importância, em âmbito nacional e internacional dos direitos para essas civilizações, principalmente porque não se reconhece a sua importância, tendo em vista uma falta de perspectiva para os direitos humanos de forma integral e, conforme as limitações e cultura de cada civilização. Tendo em vista a existência de diversas etnias e multiculturalismo dos grupos indígenas no Brasil, a conscientização e desenvolvimento de estudos sobre esse tema é essencial.

A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica de cunho exploratório e descritivo sobre o tema, sendo que, para tanto, foram utilizados diversos autores, doutrinadores e juristas sobre os direitos humanos internacionais. Nessa toada,

foram escolhidos diversos periódicos atualizados, com validação científica, para o desenvolvimento dessa pesquisa, dando margem para que possa ser utilizada por outros estudantes ou docentes na coleta de informações sobre o tema.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO E DIREITOS PARA GRUPOS MINORITÁRIOS**

A formação do Estado brasileiro, durante muitas décadas, foi composta por oligarquias, sendo um reflexo do seu processo de colonização, que foi pautado pela exploração e pela influência dos países ibéricos. É possível exemplificar outros fenômenos como a presença de escravos, gerando consequência sociais até a modernidade (LIMA; LEAL, 2022).

Os parlamentos e todo o Poder Estatal, são formados por maiorias e minorias. Em regra, existe uma maioria governante que possui um papel de formação de leis e tomada de decisões importantes para o país. Por outro lado, uma minoria acaba sendo governada (DE JESUS; DA SILVA, 2021).

Não se trata, pois, de representatividade ou de um mero aspecto catalisador das castas sociais. Ao contrário, temos uma soberania tácita que amaina a convivência social exatamente fulcrada na harmonia existencial entre àqueles que governam (possuem o poder) e os que são governados (não estão no poder, mas representam alguma classe social).

Dessa maneira, o princípio da dignidade humana aparece como essencial para o estudo do direito das minorias, senão vejamos:

Tratar do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é tratar da sua inserção dentro de um Estado Democrático de Direito, que constitui o fundamento do nosso sistema constitucional e da nossa organização como Estado Federativo, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, como observamos no preâmbulo da nossa Constituição, que muito bem explicita os anseios da sociedade e também a busca da segurança jurídica (BARBIERI, p. 19, 2021).

É preciso, outrossim, destacar o conceito amplo de minorias, que não está associado apenas com a quantidade de indivíduo em uma população, mas sim, na presença de benefícios econômicos e sociais, como acontece com homens e mulheres. Nessa perspectiva, mesmo as mulheres sendo uma “maioria” na população em termos absolutos, elas ainda não possuem os direitos políticos, sociais, econômicos ou mesmo lugar de fala em sociedade (LIMA; LEAL, 2022).

Essa realidade, acaba reverberando em uma ideia equivocada de que as minorias têm direitos, algo que é completamente falso. Em primeira análise, são incorporados aos tratados do direito internacional os princípios da igualdade, liberdade e solidariedade, defendendo que todas as pessoas

devem possuir um igual tratamento. Não é raro que a sociedade tenha a impressão de que isso é verdadeiro na prática, não obstante, não refletir a realidade de uma sociedade ainda preconceituosa e machista (PEREIRA *et al.*, 2020).

No Brasil, está comprovado que a mulher que trabalha com um homem, na mesma função, acaba não recebendo a mesma remuneração, justamente, porque a mulher é tratada como uma minoria. Em termos quantitativos, entretanto, existem mais mulheres que homens no Brasil.

Conforme relatam Pereira *et al.* (2020), a nação brasileira ainda possui uma cultura muito conservadora em muitos aspectos, principalmente, em não reconhecer os direitos de minorias ou mesmo a dívida histórica que envolvem essas pessoas. Portanto, a comissão de direitos humanos, foi importante para melhorar esse cenário em âmbito internacional, o que não fez cessar, entretanto, a desproporção e a distância que existe entre essas castas.

É preciso qualificar o real conceito de minorias, desassociado de uma análise quantitativa e focada, isso sim, em um cotejo qualitativo, ensejador de políticas estruturais que alinhem, de uma vez por todas, a sociedade em geral, sem alijar quaisquer das minorias ao relento da omissão e inexistência de direitos. Por essa análise, as pessoas precisam se conscientizar que é necessário a presença de ações afirmativas para as mulheres, assim como o seu empoderamento (ZOIA; MENDES, 2020).

Outro grupo relevante para esse discurso são os afrodescendentes, sendo que também existem evidências que o acesso dessas minorias às políticas públicas é muito inferior aos caucasianos. Nessa perspectiva, essa população também já é considerada maioria no Brasil, reunindo os negros e pardos, segundo dados do IBGE, conforme aborda Dos Santos (2022), em seu estudo sobre a perspectiva da população parda no país.

Por isso, ainda existe um grande desafio para a sociedade brasileira para equiparar e fomentar igualdade para essas pessoas, que elas possam estar em maior igualdade com as elites ou indivíduos que possuem uma condição de maiores privilégios (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

A comunidade LGBT também é um coletivo importante que precisa ser destacado, nos últimos anos. Existem diversos avanços consideráveis, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) no progresso para essa minoria, que ainda sofre muitos preconceitos e ódio no Brasil. Como exemplo, essa organização declarou que a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença, mas sim, uma orientação sexual e um direito para esses indivíduos (DE SOUSA; PIRES, 2022).

Na comissão dos direitos humanos, um dos principais alicerces da democracia mundial, recentemente, a ONU também aprovou os direitos para os LGBTs. Então, sobre uma perspectiva do direito internacional, existe um amplo reconhecimento dos direitos para essas pessoas, todavia,

quando essa realidade é observada nos países, a situação ainda é difícil. Nos Estados Unidos, seu ordenamento jurídico já reconhece a possibilidade de casamentos entre pessoas da mesma orientação sexual, previdência, dentre outros direitos, algo que também teve avanços no Brasil, no caso do Supremo Tribunal Federal (STF) (SANTOS, 2020).

Não obstante, na esfera dos parlamentares, ainda existe uma forte oposição em relação ao avanço do reconhecimento do direito dessas minorias, principalmente, bancadas mais conservadoras. Essa realidade acaba sendo um problema para que os direitos fundamentais desses indivíduos sejam consolidados (MARTINS, 2020).

Ainda segundo Santos (2020), o poder judiciário brasileiro possui uma grande importância em assegurar os direitos dessas minorias, por meio da criação de jurisprudências sobre esses temas, que ainda são sensíveis para a sociedade brasileira, tendo em vista o não reconhecimento dos direitos fundamentais dessas minorias.

Os indígenas, que são o foco dessa pesquisa, são minorias que por muitos anos tiveram os seus direitos fundamentais cerceados por oligarquias, sendo que no Brasil, existe uma grande concentração de áreas de povos originários (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022). Em contrapartida, atualmente existe uma situação muito complexa, onde o poder legislativo procura modificar a maneira como esses territórios estão sendo marcados para diminuir essas áreas (ALMEIDA, 2020).

Conforme abordam Ferro *et al.* (2023), existem muitas perspectivas associadas com esses povos originários que precisam ser avaliadas, principalmente por fenômenos como a “desindianização”, pautada em um discurso estatístico do não-lugar para a população indígenas, sendo muitos deles classificados apenas como pardos.

Portanto, os autores deixam clara a relevância da autodeclaração identitária para essas pessoas, tendo em vista não apenas a dívida histórica que existe em relação a esses povos, mas também sua importância sociocultural e também econômica para a formação do Estado brasileiro (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

A realidade acima não deveria ser aceita, justamente porque a população e mesmo o Estado brasileiro possui uma dívida histórica com os indígenas, sendo que eles estavam presentes nessa região há séculos. Com isso, para Bocos (2021), a proteção às terras indígenas deve ser uma pauta prioritária da administração direta, tendo em vista a necessidade de preservação da cultura desse povo e também seus direitos.

Outrossim, existem direitos culturais que devem ser estabelecidos para os povos indígenas, por isso, a criança indígena deveria ter o direito de estudar em uma escola onde os docentes também

tivessem conhecimento sobre o seu idioma. Para Pereira *et al.* (2020), a instituição de comissões para debates sobre os direitos dessas minorias, precisa de avanços na jurisdição e parlamento brasileiro.

Existe, portanto, uma natureza jurídica desses povos que precisa ser compreendida pelos profissionais do direito, tanto em âmbito nacional, como também internacional:

A natureza jurídica das comunidades indígenas é de direito público interno, o que soaria inconsistente, uma vez que a Constituição Federal teria por finalidade o reconhecimento jurídico das formas de organização indígena, sendo inoportuno, erigi-las à categoria de pessoas jurídicas públicas. Tanto os povos do Brasil, como os da América do Norte e ainda de outros países, não teriam natureza jurídica de direito público interno. Contudo, teriam natureza jurídica as organizações políticas e administrativas desses povos, como projeção das pessoas, que lhes dariam continuidade. Outro aspecto enfocado por estudiosos, seria o de se dar personalidade jurídica às comunidades indígenas e não às sociedades, sob argumento de que deveríamos guardar consonância com a Constituição (BARBIERI, 2021, p. 57).

Mesmo que na visão de muitos essa reparação histórica seja observada de forma utópica, o direito à cultura e educação são considerados direitos fundamentais, portanto, estão previstos na lei. Não obstante, o Brasil ainda possui uma sociedade muito conservadora em muitos aspectos, que não respeita as minorias e tampouco compreende a necessidade de ações afirmativas ou de fomentar os direitos fundamentais para esses indivíduos. Então, isso pode ser associado com não somente algo legal, mas também medidas associadas com a dignidade dessas minorias (SILVA; AMORIM, 2017).

Outro ponto fundamental, foi a internacionalização desses direitos, sobre o tema, Barbieri (2021, p. 78) comenta:

Nesse sentido, o processo de internacionalização permitiu a formação de um sistema normativo internacional. A sistemática internacional, como garantia de proteção, instituiu mecanismos de responsabilização e controle internacional, como garantia adicional de proteção, acionáveis quando o Estado se mostra omissor na tarefa de reconhecer e assegurar os direitos e liberdades fundamentais. A internacionalização foi importante porque possibilitou a democratização do próprio cenário internacional, conferindo, além do Estado, novos sujeitos de direito internacional a integrar o organismo internacional de proteção, como os indivíduos e as ONGs.

A partir disso, as minorias, independente de qual grupo estejam inseridas, não devem ser pautadas pelo governo, então, não é porque um determinado representante está no poder com uma determinada inclinação política ou credo que minorias que não estão inseridos nessas mesmas crenças ficarão sem direito ou à margem. A partir disso, isso demonstra a relevância do direito internacional sobre o prisma dos direitos humanos.



### 3 NOÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO INDÍGENA E SUA EVOLUÇÃO

Os povos indígenas, foram fundamentais para a formação da América Latina, tendo em vista a sua importância com diversas contribuições para a cultura, religião, dentre outras. Além disso, eles foram responsáveis pelo conhecimento da natureza e residiram durante um longo período na América (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

Contudo, na atualidade, muitas vezes os interesses individuais, acabam ultrapassando os interesses coletivos da população indígena, principalmente, associado a questões como o acesso à terra e também a estruturação dos direitos fundamentais para essa população (RABAUER *et al.*, 2021).

É preciso compreender que esses povos originários possuem uma cultura distinta da cidade, então, respeitar a sua religião – devido ao Estado brasileiro ser laico – e também seus costumes, precisa ser alinhado com cuidados básicos que a União precisa ter em conservar o direito dessas pessoas, tanto a uma vida digna, quanto também a não serem explorados por oligarcas, como ocorreu com os Yanomamis, que será abordado posteriormente nessa pesquisa (ZOIA; MENDES, 2020).

A finalidade desse tópico é tratar sobre o direito indígena de forma específica, como a sua evolução dentro da dimensão dos direitos humanos até a atualidade. Segundo a literatura analisada, falar do direito indígena é relatar a evolução da humanidade e suas raízes históricas, por esse viés, trata-se de avaliar dentro da pluridimensionalidade dos direitos humanos. Além disso, deve-se destacar como os índios eram tratados com a presença dos colonizadores, assim como o maniqueísmo do bom e do mal selvagem e também da integração dos povos indígenas à sociedade nacional (MAIA; DE CARVALHO, 2022).

Ainda, segundo Maia e De Carvalho (2022) essa análise é importante para elucidar sobre os interesses mercantis que existiam pelos portugueses sobre os indígenas, além das controversas ainda existentes sobre a sua escravização e também para estudar sobre a presença de soluções jurídicas por esses indivíduos, partindo os conceitos de sujeito ou personae (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

Por conseguinte, a formação de um discurso humanista e embasado na equidade, é essencial para manter os direitos fundamentais para esses indivíduos, inclusive, nessa obra, os autores trazem um paralelo entre a história, literatura e suas contribuições para a evolução dos direitos dos povos originários (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

Outro ponto importante para essa análise teórica são os princípios constitucionais desses povos, assim como a evolução do direito internacional dos direitos humanos, além de ações que são realizadas até hoje, contra a cultura e a qualidade de vida dos povos originários no território brasileiro.

É válido lembrar que os indígenas possuem uma importância capital, justamente por serem os formadores e criadores da história do Brasil. Por isso, quando o território foi colonizado pelos países ibéricos, eles não precisavam apenas desses povos originários como guias, mas também que sua mão-de-obra fosse utilizada em prol de seus interesses. Além disso, quando essa população não se deixou ser escravizada, justamente pelo seu costume de viver livre e em harmonia com a natureza, passou a ser intitulado pelos colonizadores como um mau selvagem.

Essa dissonância entre não seguir todas as regras proposta pelos colonizadores, modificou a perspectiva desses indivíduos, passando de um bom para um mal selvagem. Outras medidas que acabaram ferindo historicamente os direitos dessas minorias, foi o processo de catequização, onde eles eram considerados pessoas sem almas, justamente por seguirem outros ritos religiosos contrários aos colonizadores. Isso demonstra, a importância dos direitos internacionais para os indígenas, justamente, porque assim como os negros, existe uma dívida histórica a ser reparada em relação a essa minoria.

Abordar o direito indígena, é justamente avaliar a evolução dos direitos humanos, principalmente com as medidas que foram tomadas para essa população e onde o direito internacional deseja chegar com tais ações. Esse estudo é fundamental para que as ações do passado possam ser reavaliadas, para a construção de um novo futuro, buscando atingir princípios básicos, como a dignidade da pessoa humana (CORDEIRO; GODINHO, 2020).

Para Cordeiro e Godinho (2020), ainda existem muitos conflitos para a disputa de terras entre essas civilizações, algo que fere os princípios constitucionais amplamente estudados nessa literatura. Por conseguinte, é fundamental que o direito à terra seja uma pauta pelo poder legislativo de diversos países, sendo que existe uma prioridade maior, em regra, em instituições voltadas ao direito internacional.

Segundo Calixto e Conci (2022), países como o Chile também vem direcionando recursos políticos para o interesse dos povos originários, justamente, pelo reconhecimento da importância desses indivíduos para o crescimento da população e principalmente pelos avanços no direito internacional. Para os autores, cada nação precisa priorizar o reconhecimento desses povos, assegurando que eles possam ter acesso às terras, cultura, religião e também direitos básicos, como saúde e também educação, por meio de ações afirmativas (LAMAR; NASCIMENTO, 2020).

A questão do direito indígena está diretamente associada com esse princípio constitucional, com esses dizeres presentes na Constituição Federal, é possível sintetizar a procura da humanidade, além do significado dos direitos indígenas, um aspecto importante associado com a pluralidade desses direitos. Por conseguinte, os direitos indígenas é um estudo sobre a história da humanidade, além de



expandir a empatia dos indivíduos e juristas, se colocando no lugar dessa população (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

O direito indígena, não envolve apenas a questão legal e jurídica envolvida, mas também outras áreas, como a história, sociologia, antropologia, dentre outras ciências humanas. Portanto, a evolução humana e do direito, procura uma universalidade dos direitos das populações, algo que ultrapassa a formação dos Estados nacionais, tornando a pessoa, como o ponto central de seus direitos.

Para essas minorias, os seus direitos estão associados com a alteridade, portanto, em saber se colocar no lugar do outro e compreender que existem pessoas com culturas distintas. Logo, é muito importante não tentar assimilar e apropriar-se de sua cultura, ou ainda querer integrar os indígenas a maneira de pessoas de outrem.

O princípio da autodeterminação dos povos é algo presente não apenas no direito brasileiro, mas também uma realidade inserida em âmbito internacional, por esse viés, a perspectiva de escolha para a melhor vida dos indígenas, por meio de suas diferenças e costumes é algo que precisa ser assegurado. Até mesmo, porque não está sendo abordados direitos de apenas uma etnia, mas sim de centenas de etnias e línguas distintas que estão incorporadas no Brasil (PERUZZO; OZI, 2020).

Deve-se destacar também que a população indígena incorpora cerca de 0,3% de toda a população brasileira, sendo reconhecida como indígena, além disso, aproximadamente 12% do território brasileiro também são consideradas terras indígenas, sendo elas declaradas ou não (CAVALCANTE, 2016). Esses números demonstram a importância de assegurar os direitos para essa população, principalmente, porque eles são muitos e estão presentes na história dessa nação, sendo sua presença anterior aos colonizadores ibéricos (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

Existe, portanto, segundo a literatura uma grande dificuldade e complexidade no estudo e aplicação dos direitos indígenas, pois, eles são indivíduos com crenças próprias e também culturas diferentes da sociedade moderna. Além disso, existem problemas históricos associados, sendo que essa população foi escravizada, catequizada e também humilhada por décadas. Então, os indígenas ficaram completamente passivos à expansão do capitalismo e a necessidade de explorar recursos naturais, como o pau Brasil e também as drogas do sertão (SILVA; MOREIRA, 2020).

A questão indígena do Brasil, em relação ao direito, deve ser compreendida de uma forma específica em relação à realidade desse povo, sendo que essa parte do direito ainda é considerada emergente, principalmente para profissionais que possuem contato íntimo com a situação, como procuradores e diplomatas (LAMAR; NASCIMENTO, 2020).

Apesar de ser considerado um direito internacional, a parte da humanidade também deve ser inserida na compreensão dos indígenas, justamente, pelos aspectos sociais que também estão

envolvidos entre esses povos. Tendo em vista como a formação do Estado brasileiro, acabou sendo prejudicial para essas pessoas em diversos aspectos, principalmente, no comprometimento de direitos que na modernidade são considerados básicos (RAMACCIOTTI; CALGARO, 2022).

O reconhecimento do direito indígena na sociedade, está existindo na atualidade, principalmente devido ao crescimento de causas humanitárias. Todavia, durante séculos o indígena foi visto como um povo sem lei, rei e alma, portanto, não era visto como um indivíduo que possui pensamento e cultura própria.

Na atualidade, o direito internacional foi voltado para o reconhecimento do indígena como um sujeito de direito sobre uma perspectiva Global, além de ser considerado também um ramo autônomo do direito. Ademais, destaca-se como essencial que na atualidade, o índio é considerado um protagonista de sua história, possuindo também formações acadêmicas, ocupando cargos políticos ou mesmo sendo ativistas em relação a sua causa (OLIVEIRA; DOS SANTOS, 2020).

Outra literatura importante sobre o direito indígena foi avaliada por Oliveira e Dos Santos (2020), onde os autores avaliaram que a educação para a população originária ainda é muito limitada, sendo que muitos povos ainda possuem certa resistência em buscar conhecimento. Sendo que a formação profissional e cultural acaba sendo fundamental para aumentar o ativismo em relação aos direitos desses povos.

#### **4 A CRISE HUMANITÁRIA DOS POVOS YANOMAMIS NO BRASIL**

A crise dos povos Yanomamis no Brasil, é um tema bastante complexo, envolvendo diversos cenários ambientais, sociais, políticos e também geopolíticos, envolvendo questões muito delicadas em relação à organização social do país. Por conseguinte, é perceptível que a gestão indígena na nação não é algo simples, ao passo que após o processo de redemocratização, com a Constituição de 1988, também conhecida como constituição cidadã, é compreendido em seu art. 231 reconhecendo a soberania desses territórios para os indígenas, portanto, os seus recursos e riquezas são pertencentes à população indígena que ocupa essas localidades.

Por conseguinte, esses povos originários não devem satisfações para a União ou qualquer ente federado, sobre as riquezas do seu território, por isso, a própria Carta Magna ampara essas pessoas. Não obstante ainda existe uma cobiça muito grande de determinados empresários e elites em relação a esses territórios, ao passo que existem diversos recursos primários que podem ser explorados (COSTA, 2023).

A questão Yanomami, é muito delicada justamente porque existem grandes riquezas em ouro, nas localidades onde esses povos originários se apresentam e o valor de mercado desse minério, que

é considerado muito raro e escasso vem aumento de forma considerável (LAMAR; NASCIMENTO, 2020).

A partir disso, nações como a China e Rússia, investem bastante na compra de ouro sobre uma perspectiva do mercado internacional, algo que fez com que esse mineral aumentasse o seu valor. Por conseguinte, a crescente demanda e cobiça de muitos empresários sobre esse recurso presente nas terras indígenas tende a crescer, por consequência, também a violência e exploração contra esses povos originários (LAMAR; NASCIMENTO, 2020).

Nessa perspectiva, deve-se destacar que o território Yanomami possui uma área de apropriação considerável, estando localizada entre dois Estados brasileiros – Roraima e Amazônia – portanto, existe uma grande extensão de terra dessa população que vem sendo explorada. Atividades de garimpo, que é ilegal para o direito penal brasileiro, cresceram de forma contundente nesse local, então, como essa prática exploratória não é legalizada, ela deve ser combatida pela União, uma vez que esse também é um papel do Estado (DOS SANTOS; BEZERRA; PORTELA, 2023).

Todavia, durante os últimos anos, ocorreu uma posição do Governo Federal muito flexível em relação a essa questão, algo que levou à redução da demarcação dos territórios indígenas. Então, essas minorias acabam sendo vítimas dessa negligência do Estado e também exploração de empresários por meio dessas atividades, sendo que ocorreu um crescimento de 46% garimpo apenas em território Yanomami (SAMPAIO, 2023).

Ainda segundo Sampaio (2023), essa concentração do garimpo aumentou principalmente após a pandemia, além disso, no começo do governo do Bolsonaro, até o seu final, aconteceu também um aumento de 7 para 20 mil garimpeiros que passaram a ocupar essa região para fins exploratórios. Essa realidade, acabou prejudicando uma população Yanomami de aproximadamente 30 mil pessoas que está inserida nesse vasto território.

A pressão sobre essas minorias, foi uma realidade durante esses anos, ocorrendo por fatores específicos como a exploração do ouro, sendo realizada por meio do mercúrio, que é um componente químico muito tóxico, causando a morte de animais aquáticos, que são importantes para a alimentação dessas minorias. Segundo Costa (2023), é importante reconhecer que essa crise interfere diretamente nos direitos dessas minorias, para o autor, ela acarreta problemas não apenas em âmbito econômico, mas também políticos.

Portanto, reconhecer que é responsabilidade da administração direta procurar soluções para esse tipo de crise, pode ser um dos caminhos para a sua dissolução, sendo que a polarização por razões políticas, apenas vai agravar o cenário. Portanto, Costa (2023), realizou diversas reflexões sobre o papel do Estado nessa crise humanitária.

Para Barcellos e Saldanha (2023), a mídia e os meios de comunicação também precisam conscientizar a população sobre esses problemas, tendo em vista que direitos fundamentais, previstos por lei estão sendo feridos. Com isso, a comunicação sobre essa crise sanitária, humanitária e econômica, deve ser uma prioridade pelos profissionais de comunicação.

Além disso, existe a questão da fragmentação de habitats, fazendo que muitas espécies que também serve de alimento para essa população, acabem se afastando da localidade. Nessa perspectiva, ocorreu o aumento da fome para os Yanomami, aumentando a crise humanitária nessa região (RAMOS; DOS SANTOS; DE CASTRO, 2023).

Outrossim, deve-se também destacar a transmissão de doenças, sendo que muitos desses garimpeiros são oriundos de regiões distintas do país, acabando servindo de reservatório para a transmissão de doenças nas quais a população indígena jamais teve contato com os agentes patológicos, que são alheias a essas florestas. Por conseguinte, isso acaba gerando um grande problema de saúde, ao passo que essa contaminação vai gerar diversos óbitos e complicações para essas minorias, que residem em uma região considerada remota que ainda carece de infraestruturas médicas adequadas para o amparo dessas pessoas (DOS SANTOS; BEZERRA; PORTELA, 2023).

Com o fenômeno da redução de alimentos, muitos garimpeiros acabam aproveitando essa situação para realizar o controle entre as rotas comerciais de comida. Com isso, eles trazem alimentos a serem vendidos para os Yanomami, exercendo assim uma relação de monopólio sobre a sua alimentação, algo que é bastante controverso. Ademais, também existem relatos desses garimpeiros trocarem alimentos por favores sexuais com menores indígenas nesse local, por conseguinte, muitas mulheres Yanomami vem sofrendo crimes sexuais, algo que além de ser um crime pelo código penal brasileiro, ainda fere de forma crassa os direitos humanos desses indivíduos (DE BARROS BORGES, 2016).

Inclusive, uma criança foi morta sendo vítima de violência sexual nesses garimpos, então, episódios como esse demonstram como essa população foi violentada por ações criminosas desses indivíduos, que ainda estão avançando nessa região (DOS SANTOS; BEZERRA; PORTELA, 2023). Por conseguinte, o cenário também é propício para outras atividades, como o narcogarimpo, onde facções criminosas vêm aumentando sua atuação, inclusive, fomentando apoio logístico para esses garimpeiros, como equipamentos de exploração de minérios e também sistemas de monitoramento via satélite, além do controle de rotas de alimentos – anteriormente mencionadas – e o fornecimento de drogas aos indígenas, que vem corroborando para o aumento da dependência química para essa população (RAMOS; DOS SANTOS; DE CASTRO, 2023).

Portanto, essa realidade deve ser considerada uma tragédia e um afronto aos direitos fundamentais desses indivíduos, algo que está agravando ainda mais esse cenário altamente prejudicial para as condições de vida para esses indígenas. Ademais, também ocorreu uma mitigação de investimentos públicos voltados para o monitoramento da região amazônica e principalmente do controle para essas atividades.

Essa negligência, acaba deixando povos como os Yanomami completamente abandonados em relação aos exploradores, um contexto que deve ser considerado altamente preocupante, uma vez que isso pode levar a diversos óbitos e também prejudicar sua forma de vida, organizações sociais e também tradições culturais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos direitos dos povos originários, é algo que precisa ser estudado em âmbito jurídico e social, justamente, pelos vários anos de exploração que essa população teve, na qual tiveram seus direitos fundamentais cerceados, justamente por elites brancas, que obtiveram lucros inestimáveis durante o processo de colonização por exploração.

Por conseguinte, a literatura analisada, demonstra primeiramente a necessidade de compreender o conceito de minoria e como elas estão inseridas na sociedade moderna, não sendo associado a quantidade ou densidade dessa população, mas sim aos seus direitos que foram historicamente cerceados, como é o caso das mulheres, negros e indígenas, sendo os últimos, o principal foco desse estudo.

Os objetivos gerais e específicos dessa pesquisa, portanto, foram cumpridos, por meio de uma análise sobre os principais direitos indígenas e quais são os desafios associados com essa esfera dos direitos humanos, considerando que ainda existem muitas limitações e preconceitos associados. Ademais, foi efetuada uma análise sobre o conceito de minorias, e a proteção desses grupos, além de um levantamento bibliográfico a respeito do direito indígena e um levantamento qualitativo sobre os povos Yanomami.

Como limitações para o desenvolvimento do estudo, por ser qualitativo e bibliográfico, destaca-se a ausência de uma coleta de dados sobre as questões analisadas, principalmente, sobre a judicialização e territorialização indígena. Contudo, para resolver esse entrave, o autor procurou utilizar diversas literaturas atualizadas, para fornecer uma maior validação científica e acadêmica para a pesquisa.

O desafio em desenvolver uma proteção das minorias e reeducação de uma maneira geral quanto ao trato dos indígenas, está exposto junto ao presente trabalho, correlacionado aos conceitos dos autores explorados.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana de. **Exploração econômica e proteção territorial de terras indígenas: entre marcos legais e proposições legislativas**. 2020.

BARBIERI, Samia Roges J. **Os Direitos dos Povos Indígenas**. Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. ISBN 9786556273594. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273594/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARCELLOS, Christovam; SALDANHA, Nathália. **O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 17, n. 1, p. 7-13, 2023.

BOKOS, Ana Vitória Muniz. **A proteção à terra indígena como direito ambiental**. Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. e20210101- e20210101, 2021.

CALIXTO, Angela Jank; CONCI, Luiz Guilherme Arcaro. **Pluralismo Jurídico y Justicia Indígena: Propuestas para la nueva Constitución Chilena**. Estudios constitucionales, v. 20, n. ESPECIAL, p. 350-380, 2022.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **" Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico**. História (São Paulo), v. 35, 2016.

COSTA, Telma Ferreira Farias Teles. **Nuas vidas nuas: reflexões sobre Estado e exceção no contexto da crise Yanomami deflagrada em 2023**. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, 2023.

DE BARROS BORGES, Priscila Maria. **Violência e apagamento da voz indígena no Brasil-O caso Yanomami**. Literatura e Autoritarismo, n. 16, 2016.

DE JESUS, Jeová Pereira; DA SILVA, Gilberto Rineldi. **Diversidade cultural brasileira advinda do processo de colonização**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 12, p. 890-906, 2021.

DE SOUSA, Claudiane Aparecida; PIRES, Elis Regina. **Poder judiciário, minorias e efetivação dos direitos humanos**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, n. 1, 2022.

DOS SANTOS, Denis Moura. **Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro**. Editora Appris, 2022.

DOS SANTOS, JOSE VITOR GOMES; BEZERRA, Maria Luiza Rosa; PORTELA, Laura Chein. **Políticas de enfrentamento à crise humanitária yanomami: uma análise a partir dos arranjos institucionais**. Enepcp, 2023.

FERRO, Sérgio Pessoa et al. **O ser indígena na história institucional brasileira: pardismo como razão de estado**. 2023.

LAMARR, Kheikor; NASCIMENTO, Pâmela. **Jurisprudência dos direitos das minorias: os contornos variáveis dos direitos das minorias**. Revista Eletrônica Direito e Política, v. 15, n. 1, p. 1-25, 2020.

LIMA, Sabrina Santos; LEAL, Mônia Clarissa Hennig. **O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Proteção de Minorias e de Grupos Vulneráveis**. Revista de Direito Brasileira, v. 29, n. 11, p. 144-163, 2022.

MAIA, Gretha Leite; DE CARVALHO, Samuel Fonseca. " **A controvérsia**", de Carrière: a escravização indígena e a construção do discurso dos direitos humanos. ANAMORPHOSIS-Revista Internacional de Direito e Literatura, v. 8, n. 1, p. e855-e855, 2022.

MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. Saraiva Educação SA, 2020.

OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios; DOS SANTOS, Inalda Maria. **O direito à educação escolar indígena e a saga do povo koiupanká**: A resistência de uma escola "que não existe". Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 9, p. 66998-67010, 2020.

PEREIRA, Luiz Ismael et al. **Direitos humanos e conservadorismo**: o caso da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013. Interfaces Científicas-Direito, v. 8, n. 2, p. 350-364, 2020.

PERUZZO, Pedro Pulzatto; OZI, Giulia. **O direito à autoidentificação dos povos indígenas como direito fundamental**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 15, n. 2, p. e34252-e34252, 2020.

RAMACCIOTTI, Barbara Lucchesi; CALGARO, Gerson Amauri. **Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Direito**. Sequência (Florianópolis), v. 42, p. e72871, 2022.

RAMOS, Francimeire Queiroz; DOS SANTOS, Dayanne de Nazaré; DE CASTRO, Nádile Juliane Costa. **Análise das consequências sociais e de saúde da crise humanitária nas Terras Yanomami**: Analysis of the social and health consequences of the humanitarian crisis in the Yanomami lands. Saúde em Redes, v. 9, n. 3, p. 4223- 4223, 2023.

RAUBER, Marcelo Artur et al. " Prato principal" terras indígenas: o início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014). 2021.

SAMPAIO, João Paulo Molina. **As políticas indigenistas do Estado brasileiro: um estudo de caso dos povos Yanomami de 1964 A 2022**. 2023.

SANTOS, Samara Carvalho. **A judicialização da questão territorial indígena**: uma análise dos argumentos do Supremo Tribunal Federal e seus impactos na (des) demarcação de terras indígenas no Brasil. 2020.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. Interações (Campo Grande), v. 18, p. 185-196, 2017.

SILVA, Messias Furtado da; MOREIRA, Milene Moraes. **O direito constitucional sob o olhar dos caciques da Terra Indígena Mãe Maria (Pará), povo indígena Gavião. Revista Direito GV, v. 16, p. e1942, 2020.**